



## A DIOCESE E A POLÍTICA

Dom Adriano, bispo diocesano

Nos meses que precedem as eleições muitos candidatos, dos diversos partidos, procuram o bispo diocesano, organismos da diocese, paróquias, comunidades de base.

Procuram para quê?

O Jornal do Brasil, de 24 de agosto último, sob o título: "Eleição vai se decidir na Baixada Fluminense", diz logo de início: "Cortejada em época de eleição e quase sempre abandonada depois pelos políticos, a Baixada Fluminense concentra 18% do eleitorado do Estado e seu voto é decisivo na eleição para governador".

Sem generalizar, aí está o motivo por que os candidatos procuram o bispo diocesano, nossos movimentos e nossas comunidades: desejam as simpatias dos eleitores, desejam votos.

O fenômeno se repetirá até às eleições de 15 de novembro. Depois se fará o silêncio.

Mas enquanto não chega o silêncio, convém lembrar para todos os irmãos e irmãs da Baixada, de modo particular, da nossa diocese, alguns pontos que me parecem importantes:

1º — Há quem pense: "o bispo não devia receber nenhum político, para não se comprometer". Antecipando o que direi depois, não há nenhum comprometimento do bispo. De outro lado seria impossível para mim fechar-me inteiramente à procura de contato da parte dos candidatos, já que é impossível para a Igreja, como instituição, e ao bispo como pessoa representativa da diocese, fechar-se a um fenômeno tão importante e decisivo na vida nacional como é a Política. E dizer Política é dizer políticos. Daí por que é a coisa mais natural do mundo o bispo receber todos os políticos que o procuram, por qualquer motivo.

2º — O bispo recebe todos os políticos que o procuram, quaisquer que sejam os seus partidos. Recebe e escuta-os nas suas propostas políticas e nos seus programas de ação político-partidárias. E, sendo possível, aproveita o ensejo para lembrar os desafios e problemas de nossa Baixada, do nosso Estado ou do Brasil inteiro. Uma proposta que o bispo sempre tem feito e fará sempre é esta: precisamos integrar no processo social a imensa maioria do Povo brasileiro que vive marginalizada. E aos futuros constituintes que são, em tese, todos os candidatos, lembro sempre de novo que um meio de apressar a integração do Povo marginalizado no processo social, é criar e ancorar na futura Constituição muitos instrumentos de participação do Povo na vida política do Brasil.

3º — O bispo diocesano escuta com respeito e atenção todas as propostas de todos os candidatos que o procuram, mas por sua posição na diocese e por sua convicção pessoal não assume nenhum compromisso com nenhum candidato ou partido. Faço questão de ressaltar isto sempre e sempre tenho encontrado compreensão da parte dos candidatos. De fato, não posso admitir qualquer manipulação, direta ou indireta, do Povo de nossa diocese, para comprometé-lo com algum candidato ou partido.

4º — Na orientação geral que sempre se deu na diocese, sempre se disse o seguinte: escolha bem; pense no futuro do Brasil; prefira os candidatos honestos que estão identificados com o Povo; prefira os candidatos que assumem, como suas,

as causas do Povo; não se deixe corromper por promessas atuais ou futuras de quem quer que seja; exija dos candidatos que procurem criar na Constituição instrumentos e meios de participação popular; antes, durante e depois das eleições procure acompanhar de perto a atuação dos seus candidatos. Pode ser que ainda agora o Povo erre. Mas me parece que é mais válido o Povo errar por conta própria e aprender do erro do que acertar graças à manipulação de quem quer que seja, inclusive da Igreja.

5º — Nossa Baixada pelo seu peso eleitoral — Nova Iguaçu é o segundo colégio eleitoral do Estado do Rio, inferior somente ao Rio de Janeiro — merece ter representantes capazes e sensíveis aos nossos problemas sociais. Cabe-nos procurá-los e elegê-los. Sem comprometer a comunidade eclesial de base, a paróquia, a diocese, nossos organismos e movimentos, nada impede que os cristãos conscientes se agrupem, para apoiar os candidatos que julgam mais indicados e mais integrados na vida do Povo.

São orientações e princípios de ordem prática e que me parecem válidos na situação atual de nossa Pátria. Por isto mesmo quaisquer interpretações de políticos, de repórteres, de quem quer que seja, que me apresentam como vinculado a qualquer candidato ou a qualquer partido, não procedem. São interpretações erradas. Adianto mais: ninguém saberá jamais os nomes dos candidatos que receberem meu voto. Evito assim qualquer sombra de manipulação dos nossos irmãos e irmãs, nos quais suponho, com bons motivos, conscientização suficiente para elegerem com liberdade e convicção os candidatos que escolheram.

Penso que esta orientação geral pode valer também para os nossos padres, para os líderes de nossas comunidades, para os coordenadores dos diversos movimentos e organismos. Se alguém que exerce uma função pastoral na diocese for candidato ou quer apoiar ostensivamente um candidato, procure desligar-se do trabalho pastoral para não comprometer a diocese e a Pastoral.

Estes princípios de orientação não precisam valer sempre e em toda a parte. Em situações determinadas e noutras regiões de nossa Pátria é possível imaginar outras normas, é possível admitir o engajamento político-partidário e o compromisso com algum candidato. Na diocese de Nova Iguaçu vale o que foi declarado anteriormente, sobretudo nos cinco pontos propostos.

De qualquer maneira devemos todos incentivar os nossos fiéis a participarem das eleições; devemos educá-los para assumir a dimensão política da sociedade, devemos inculcar-lhes a necessidade de escolher bem os senadores e deputados federais que serão encarregados de fazer a nova Constituição. (NI 24-08-86)

## CÚRIA DIOCESANA

### AVISOS

**Aviso 30/86 — Festa do Seminário:** Nos dias 5, 6 e 7 de setembro realiza-se mais uma vez a Festa do Seminário, no próprio seminário. É uma festa popular, com vários divertimentos, dos quais participam as paróquias de nossa diocese. A equipe coordenadora sob a orientação do

P. Paulo, Reitor do Seminário, está à disposição dos interessados. Pede-se que todas as paróquias dêem qualquer contribuição. O objetivo da festa é despertar interesse pelo seminário, mostrar o seminário a quem não o conhece, conseguir alguma ajuda financeira para a manutenção dos seminaristas.

**Aviso 31/86 — Dia da Pátria:** O domingo 7 de setembro é o Dia da Independência Nacional e o Dia da Pátria. Como se trata de um domingo, será bom que em todas as SS. Missas se fale ao Povo sobre o verdadeiro conceito de Pátria, ressaltando o valor do Povo brasileiro como tal, os desafios que o momento histórico nos coloca, a próxima Assembléia Constituinte que fará a nova Constituição Brasileira, as eleições de 15 de novembro da qual todos devemos participar com seriedade e consciência. Na oração dos fiéis intercalem-se preces pelas autoridades constituídas, pelo Povo brasileiro, pelos irmãos que vivem na miséria e esperam nossa colaboração.

**Aviso 32/86 — Dia da Bíblia:** No último domingo de setembro, dia 28, a Igreja do Brasil celebra o Dia da Bíblia. Assim se exprime o Diretório Litúrgico: "Em todas as dioceses e prelazias do Brasil, amanhã é o *Dia da Bíblia* no qual se procure despertar e fomentar entre os católicos o conhecimento e o amor aos Livros Santos, premonir os fiéis contra os erros correntes em relação à Bíblia, propagar exemplares da Sagrada Escritura, sobretudo dos Santos Evangelhos, e incutir a sua leitura cotidiana, atenta e piedosa; explique-se aos fiéis a natureza dos Livros Santos, a importância e utilidade de sua leitura; aproveite-se este dia para a distribuição de folhetos instrutivos sobre a Bíblia". Na cúria diocesana encontra-se material adequado para a celebração do Dia da Bíblia.

**Aviso 33/86 — P. Edmilson pároco da Prata:** Em data de 12-08-86 o Conselho Presbiteral elegeu e o bispo diocesano nomeou o P. Edmilson da Silva Figueiredo pároco da paróquia de S. Antônio da Prata, vaga pela transferência de Fr. Antônio Célio R. Varela OFM. Logo que voltar de uma viagem ao Piauí, para visitar o Pai gravemente doente, será marcada a data da posse do novo pároco.

**Aviso 34/86 — Aniversário da eleição do S. Padre:** No dia 16 de outubro celebramos o 8º aniversário da eleição do Papa João Paulo II, como sucessor de Pedro. Nesse dia vamos rezar pela saúde do S. Padre e pedir que o Divino Espírito Santo o inspire com a palavra certa de amor, de fraternidade, de paz e o faça compreendido pelos chefes das grandes nações e por todos que são responsáveis pelas comunidades dos Povos.

**Aviso 35/86 — Dia das Missões:** No dia 20 de outubro a Igreja universal celebra o Dia das Missões e da Juventude Missionária (Obra da Santa Infância). Em nossa diocese concordamos, há anos passados, que este dia fosse um dos pontos altos de nossa Pastoral diocesana. Devemos inculcar em todas as nossas comunidades o espírito missionário que caracteriza a Igreja a desper-

tar interesse pelas vocações missionárias. Logo que ficar pronto o programa da celebração do Dia das Missões, será comunicado a todas as paróquias, para participarem.

**Aviso 36/86 — Ordenação Sacerdotal:** No Dia das Missões, 20 de outubro, às 10h o bispo diocesano administrará a ordenação sacerdotal ao nosso diácono Gilberto Teixeira Rodrigues, na Catedral. Convidamos as comunidades a mandarem representantes que participem de um acontecimento tão importante para a vida da Igreja particular, como é uma ordenação sacerdotal. De outro lado, rezem todos pelo futuro padre, para que Deus o cumule de graças para o serviço da caridade que vai prestar aos irmãos e irmãs de nossa Baixada Fluminense.

## MOSAICO

• Depois de dois anos de trabalho em Nova Iguaçu, como pároco da paróquia de S. Antônio da Prata deixou-nos Fr. Antônio Célio R. Varela OFM. Foi transferido pelo seu Provincial. Queremos agradecer-lhe o bem que fez na paróquia da Prata e no curato do Sarapuí (BNH). Deus o acompanhe no seu novo campo de trabalho.

• No dia 5 de setembro volta para sua diocese de Lyon, na França, o P. Bernardo Colombe. Durante cerca de três anos trabalhou em Nova Iguaçu, depois de ter servido na arquidiocese de Vitória, do Espírito Santo. Aqui o P. Bernardo, além de pároco da paróquia de N. Sra. de Fátima de Edison Passos, foi primeiro vice-coordenador e, com a volta de Wim para a Bélgica, coordenador diocesano de Pastoral. Durante cerca de dois anos o P. Bernardo prestou este serviço tão importante para a Pastoral de nossa diocese. Agradecemos ao P. Bernardo todo o bem que fez ao nosso Povo e à nossa diocese. Creemos que no futuro estaremos unidos em comunidade de oração. De nossa parte lhe dizemos: Pode voltar, P. Bernardo.

• No dia 5 de setembro próximo Dom Adriano viaja para a Europa. Vai acompanhado de André Leal Webering e mulher Teresa e de Azuleicka Rodrigues Sampaio, da Caritas Diocesana e Presidente da Federação do Movimento de Amigos de Bairros, todos convidados pelo Aktionskreis P. Beda. Para intercâmbio Brasil-Alemanha. A viagem tem por primeiro ponto Roma, depois Mondovì. Daí continuam viagem no dia 15 para Ingenbohl e no dia 19 para a Alemanha. A volta está prevista para o dia 13 de outubro. O programa completo da viagem com os endereços e telefones correspondentes está na Cúria Diocesana.

• **Projetão III:** aproveitando as experiências dos Projetões I e II e também as sugestões que foram apresentadas, Dom Adriano elaborou uma proposta de Projetão III que apresentará à Zentralstelle für Entwicklungshilfe, durante sua próxima viagem. A proposta conserva todos os itens anteriores e acrescenta alguns novos que as necessidades do Povo da Baixada nos têm exigido. Esperamos que essa proposta seja discutida e aceita.

## CASA DE ORAÇÃO

A Casa de Oração Frei Jordão Mai oferece os seguintes programas (\* indica ofertas da casa):  
setembro — 01/23 SICM — encontro da Congregação  
10 \*Dia de Oração para leigos  
16 reunião mensal do clero  
27/28 \*retiro para coord. das Regiões 3 e 4  
outubro — 04/05 \*retiro para coord. de Círculos Bíblicos

06 retiro SICM  
08 \*dia de oração para leigos  
11/12 \*retiro para coord. das Regiões 2 e 5  
13/17 CRB — Novinter  
17/19 \*retiro para coord. da Past. da Juv.  
19 reflexão para domésticas  
21 reunião do clero  
25/26 \*retiro para catequistas jovens, Regiões 1, 3, 4 e 7.

**Conselho Presbiteral: decisões mais importantes**

- Na sessão de 08-07-86
  - P. Clínio Drago é eleito pároco de Paracambi;
  - Foi aprovado o novo Regimento do Conselho Presbiteral;
  - Fr. Luís Thomaz OFM, diretor da Cáritas Diocesana, foi eleito membro do Conselho Presbiteral.
- Na sessão de 27-07-86
  - P. João Doyle CSSp foi eleito membro do Conselho Presbiteral.
- Na sessão de 12-08-86
  - P. Edmilson da Silva Figueiredo foi eleito pároco da Prata;
  - P. Agostinho Pretto, vigário-geral e pároco da

- Catedral, foi eleito representante do clero diocesano de Nova Iguaçu no Conselho Presbiteral Regional, do Leste I;
- Foi decidido abrir num salão da Catedral uma filial da Cozinha Industrial.
- Aprovou-se a introdução de um tablôide, mensal, como órgão de comunicação em substituição do Boletim Informativo e da secção Nossa Diocese, do Correio da Lavoura;
- P. Porfírio Fernandes de Abreu foi eleito assistente da Federação das Congregações Marianas, de Nova Iguaçu.

Encerramento deste número: 24-08-86. Endereço do BD: Cúria Diocesana, Rua Capitão Chaves, 60 (ou: Cx. Postal 77285), 26000 Nova Iguaçu, RJ. Tel.: (021)767-7943.

CALENDÁRIO SOCIAL SETEMBRO DE 1986	
02 n(1915)	Eugênia Cotta FC, Viga
o(1951)	Gilberto Roij MSC, R-Sem/MSO, H
03 o(1960)	Humberto van der Togt MSC, pGuandu
06 n(1945)	Valdir Oliveira, Roma
08 v(1970)	Roberto Charles Dixon CICM
12 o(1954)	Renato Stormacq CICM, coord. Past., pA
v(1971)	Nives Chialva IJC, VCava
15 m(1969)	Dr. Friedrich Wilhelm Doepner eng., Rio
17 n(1928)	Maria Pascoalina NSV, H
19 n(1932)	Guilherme Steenhouwer SSCC, pPFI
21 o(1929)	Mons. Arthur Hartmann pO/Seb.
n(1936)	Clarinda Guerra de Faria, MJC, prov., Chatuba
n(1961)	Marcus Barbosa Guimarães pRSobr.
22 n(1921)	Maurício Vian pJ
n(1950)	Angel Vidal R. Ludan CICM, cCSoa.
23 n(1954)	Mauro Negretti Garcia OFM, vice-coord. Past., cN/Ap.
24 m(1980)	Florêncio de Bok SSCC, Rio
25 n(1944)	Maria Fernanda de S. Francisco OSCI, PFI.
26 n(1939)	Francisca Ribeiro Rodrigues FC, Viga
27 n(1924)	Laurindo Marques CSSp. pQ/SFr.
o(1959)	José Fernandes de Sá CSSp. pQ-Con.
30 n(1949)	Nives Chialva IJC, VCava

CALENDÁRIO PASTORAL SETEMBRO DE 1986	
02 r(09h00)	pastoral mensal, CForm.
05/07	feita anual do Seminário, Sem.
07	<i>Dia da Pátria</i>
r(14h30)	RPastoral 3
09 r(09h00)	Cons. Presb. CEPAL
r(19h30)	RPastoral 4
11/14	67º Curs. de Mulheres, NLar
16 r(09h00)	do Clero, COR.
r(19h30)	RPastoral 2
19 r(19h30)	RPastoral 7
21	<i>Romaria da Terra</i>
23 r(09h00)	Cons. Presb., CEPAL
r(19h30)	RPastoral 6
26 r(19h30)	RPastoral 3
28	<i>Dia da Bíblia</i>

CALENDÁRIO SOCIAL OUTUBRO DE 1986	
02 n(1935)	Sabina Mortier ICM, Rosa dos Ventos
03 n(1952)	Jerry Kirwin CSSp cCab/Mar.
v(1985)	Claudionor Alves de Andrade IFRB, Xangrilá
v(1985)	Natércia Fonseca Furtado IFRB, Xangrilá
v(1985)	Tânia Regina de Oliveira Mello IFRB, Xangrilá
04 n(1944)	Marcos Ockerman CICM, pR
v(1968)	Maria Fernanda de S. Francisco OSCI, PFI
07 n(1943)	Maria do Carmo Gonçalves MSSp, MCouto
v(1937)	M. Alcântara Schrode FB, IESA
v(1984)	Sônia Maria Dziombra IJC, BPast.
10 n(1930)	Renato Stormacq CICM, coord. Past., pA
11 (1981)	criação da Diocese de Duque de Caxias
n(1941)	<i>Bartolomeu Bergese CEIAL, próvig.-geral pCSul</i>
s(1959)	<i>Dom Honorato Piazzera SCJ, Lajes</i>
12 n(1929)	Maria Eugênia NSV, H
n(1945)	Teresinha Luiza da Silva MJC, Chatuba
14 n(1955)	Carlos César dos Santos pBR-Con.
16 n(1937)	Geraldo João Lima pBSJoão
20 m(1984)	Francisco Sancho de Assis, Fortaleza
25 n(1933)	Justina Bosso IJC, BPast.
v(1956)	Maria da Imaculada Conceição OSCI., PFI.
27 n(1920)	<i>Dom Walmor Battú Wichrowski, Porto Alegre</i>
28 n(1928)	Manoel Monteiro Carneiro, chanc., pNI-SCJ
30 n(1924)	Francisco Jerônimo da Silva

CALENDÁRIO PASTORAL OUTUBRO DE 1986	
03/05	Curso de Formação p. dirig. de Cursilhos
05 r(08h00)	Concentração — festival de jovens, IESA
(14h00)	RPastoral 3
07 r(09h00)	pastoral mensal, CForm.
11 r(19h30)	RPastoral 1
12	<i>Nossa Senhora Aparecida</i>
14	Seminário sobre Mártires da ALat, Arrozal
r(09h00)	Cons. Presb., CEPAL
r(19h30)	RPastoral 4
16	<i>eleição do Papa João Paulo II (8º aniv.)</i>
18 r(19h30)	RPastoral 7
19	Domingo das Missões e da Juv. Missionária
(10h00)	<i>ordenação sacerdotal do diác. Gilberto, Catedral</i>
21 r(09h00)	do Clero, COR.
r(19h30)	RPastoral 2
23/26	80º Cursilho de Homens, NLar
25 r(19h30)	RPastoral 5
28 r(09h00)	Cons. Presb., CEPAL
r(19h30)	RPastoral 6

Repórter: Jorge Antônio Barros

**01 — JABarros: Um pouco da história da Diocese. O que mudou na Baixada Fluminense, nesses últimos vinte anos, desde que o senhor chegou aqui? De que forma cresceu a atuação da Igreja no local?**

— Dom Adriano: A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 pelo Papa João XXIII. Abrangia inicialmente os municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nova Iguaçu e Nilópolis, destacados da Diocese de Barra do Pirai (Volta Redonda), e o município de São João de Meriti, desmembrado da Diocese de Petrópolis. Era tipicamente a diocese da Baixada Fluminense. Hoje, com a criação das Diocese de Itaguaí e Duque de Caxias, a Diocese de Nova Iguaçu ficou limitada apenas aos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e Paracambi, com cerca de dois milhões de habitantes. População pobre e humilde, na sua imensa maioria ocupada no Rio de Janeiro. Cidades-dormitório. Região abandonada. Povo ordeiro, trabalhador, religioso.

Em vinte e cinco anos de existência a Diocese cresceu e desenvolveu-se, multiplicaram-se as paróquias e as comunidades eclesiais de base. Surgiram muitos movimentos e organismos pastorais. Há uma preocupação constante de assumir na Pastoral a causa do Povo humilde e marginalizado. Acento principal foi posto no trabalho de conscientização do Povo em geral, na esperança de que o Povo cresça e assuma a sua história. Durante os anos do Governo militar a atividade da Igreja foi muito visada. Não poucos membros de nossas comunidades pagaram caro seu engajamento eclesial, apesar de ser profundamente evangélico e religioso, sem qualquer conotação ideológica. Pode-se dizer que o Povo ama a Igreja, confia na Igreja, espera da Igreja apoio e ajuda. O clero, em geral, está muito identificado com a situação do Povo e partilha a sorte do Povo. O mesmo vale para as religiosas. Apesar de serem poucos os padres e as religiosas, mostram espírito de doação e de serviço comoventes. Da parte do laicato há extraordinária colaboração.

Sente-se em toda a parte a fome de aprender e de conhecer, para melhor servir o Povo de Deus. Merece atenção particular o trabalho da Caritas Diocesana, das diversas Comissões Diocesanas de Pastoral (entre elas a de Justiça e Paz, a da Terra, da Pastoral Operária, da Juventude etc.).

**02 — JABarros: Como o senhor encara hoje a importância do movimento de bairros em Nova Iguaçu, que parece estar à frente, cobrando das autoridades as soluções para os mais variados problemas da comunidade?**

— Dom Adriano: Durante os anos de repressão nasceram entre nós, no espaço que somente a Igreja podia oferecer, os chamados Movimentos de Amigos de Bairro (MAB). Nunca foram organismos pastorais, mas sempre estiveram ligados à Igreja, da qual receberam espaço físico e apoio moral. O MAB, e outros movimentos semelhantes, conquistou um lugar importante na estrutura social.

Nossa democracia foi sempre marcada de elitismo, nunca atingiu propriamente o Povo, nunca se interessou pelo Povo. Lamentavelmente os partidos políticos cederam também à força do elitismo, de sorte que, fora a ocasião de eleições, o Povo nunca teve condições de participar no processo social. Vemos com grande esperança o nascimento das associações de moradores, ocupando um vazio social secular. Não creio que seja possível

extinguir a contribuição importantíssima do Povo através dos diversos movimentos populares.

Minha preocupação é o que acontecerá na Assembléia Constituinte: será que os constituintes estão identificados com os movimentos populares? Será que os constituintes aprenderam da História do Brasil que o nosso "pecado original" é o elitismo das classes dominantes, de um lado, e do outro a marginalização do Povo em geral? Será que os constituintes estarão dispostos a criar instrumentos de participação eficiente para o Povo assumir o seu papel histórico e se fazer, sempre melhor, sujeito de sua própria história? Será que os constituintes ligados ao Povo conseguirão impor-se à imensa maioria de constituintes viciados pelo elitismo das classes dominantes? Os instrumentos ou mecanismos de participação, a que me refiro e que desejo ver incluídos na Constituição futura, dependerão dos constituintes, de sua sensibilidade social, de sua visão histórica, de sua identificação com o Povo, de sua valorização dos imensos valores que marcam a alma e a vida do nosso Povo brasileiro.

Nos últimos tempos vimos um fenômeno inédito na vida política e social do Brasil: o Governo apelando para a colaboração do Povo, como no caso dos "fiscais de Sarney" — todos os cidadãos são convocados a fiscalizarem os comerciantes que aumentavam os preços. Vários ministros, como por ex. o da Previdência Social, o da Saúde, têm manifestado sua confiança na colaboração do Povo para poderem realizar programas de seus ministérios. Há, portanto, uma atmosfera favorável à criação de instrumentos de participação para o Povo. Estes instrumentos devem ser, quanto possível, ancorados na Carta Magna que a Assembléia Constituinte vai elaborar. Repito: será que os Constituintes corresponderão a esta necessidade imperiosa?

**03 — JABarros: Nesse aspecto qual é a prioridade da Igreja na região? saúde? transportes? educação? Por quê?**

— Dom Adriano: Lembro, mais uma vez, que o trabalho específico da Igreja é a evangelização: anunciar Jesus Cristo como salvador e salvação da humanidade, das pessoas concretas que vivem aqui e agora. Daí parte a Igreja para, em certos casos de carência generalizada, dar sua contribuição subsidiária, no aspecto social. A evangelização pede tanto a denúncia dos males que profanam a dignidade da pessoa humana quanto o anúncio da Esperança de dias melhores. Toda evangelização é conscientizadora, isto é: faz as pessoas conscientes para os problemas e para a sua responsabilidade em resolvê-los. Toda evangelização é encarnada, é concreta, é real.

O Estado moderno, que recolhe os impostos, tem a missão de promover o bem-estar social. Mas o Estado não pode nem deve assumir o monopólio dessa promoção. A iniciativa particular deve ter o seu espaço social. Também a Igreja. Não se trata de concorrência ou de hostilidade, mas de colaboração para o bem comum.

Daí por que, em todos os países, mesmo nos mais adiantados, a Igreja assume uma parte da missão social, precisamente aquela que mais se aproxima da evangelização. Na Diocese de Nova Iguaçu a Igreja mantém algumas escolas e vários postos médicos (ambulatórios) que prestam um serviço extraordinário à nossa população carente.

Outra atividade que decorre necessariamente da evangelização e é muito mal entendida é a participação dos organismos pastorais nas grandes causas do Povo: emprego, subemprego e desemprego, salários, greves, reivindicações, transportes, ocupação de terras para trabalho, problemas dos conjuntos habitacionais etc. — tudo que se pode resumir em marginalização do Povo no processo

social. Uma Fé encarnada pede que a Igreja — os cristãos conscientes — se ocupem de todos os aspectos da vida concreta, sem exceção. Não se espera da Igreja uma solução técnica, mas o apoio moral e religioso e a colaboração que decorre da Fé.

Se, em qualquer momento ou lugar, a Igreja colasse saúde como prioridade pastoral, isto só poderia ser entendido no sentido de que a Igreja fará um trabalho de formação e de conscientização do Povo (a partir da Fé e da dignidade da pessoa humana), no sentido de que a Igreja se dispõe a colaborar com o poder público, no sentido de que a Igreja eventualmente dará uma contribuição subsidiária, por ex. criando um hospital, um ambulatório etc. Nunca no sentido de a Igreja assumir toda a responsabilidade e de querer através da saúde conquistar o poder.

**04 — JABarros:** Desde 1979, a Diocese de Nova Iguaçu tem quicá uma das mais atuantes Comissão de Pastoral da Terra (CPT). Quais são os principais conflitos de terra locais e como podem ser resolvidos? O Governo do Estado contribui realmente, nesse sentido, como afirmam lavradores de Campo Alegre? Houve desapropriação e eles começam a se organizar?

— Dom Adriano: Uma primeira observação: a nossa diocese nunca incentivou ocupações, nunca organizou invasões. Mas diante dos fatos consumados e diante dos apelos de irmãos sofridos, procurou tomar uma posição cristã e humana: mediar para encontrar a solução mais adequada, sem violência, sem derramamento de sangue. Posso dizer que durante o regime militar nosso trabalho foi frustrado pela prepotência e pela noção absoluta da propriedade. Nos conflitos a regra, durante o Governo militar, era a Polícia evacuar, violentamente, os humildes e pobres, dando sempre razão aos fortes, aos poderosos, aos donos do poder. O trabalho de conciliação, de justiça e de caridade tentado pela Igreja era tachado de subversivo, de marxista, de comunista. Felizmente as coisas melhoraram.

O atual Governo do Estado do Rio tem-se mostrado sensível ao problema e na medida do possível tem tomado a defesa do pequeno e do pobre. Assim foram desapropriadas algumas áreas, para que os lavradores ocupantes recebessem um título legal de propriedade e pudessem trabalhar em paz. Assim aconteceu em Campo Alegre. Também no mutirão de Nova Aurora. Em ponto pequeno a Reforma Agrária já começou em nossa diocese. São problemas graves, mas que, com boa vontade e firmeza, com a colaboração essencial do Estado podem resolver-se no sentido não da propriedade como direito absoluto mas do trabalho produtivo que é o primeiro elemento de uma justa distribuição de renda.

As elites estão ainda dominadas pelo feudalismo medieval: não abrem mão de suas terras, mesmo abandonadas; não aceitam a libertação do pequeno agricultor que, durante séculos, esteve sujeito, totalmente sujeito, ao fazendeiro dominador e absoluto. Não vamos desconhecer os bons fazendeiros que eram como pais para os seus moradores, que aceitavam, sem problema algum, o regime de "meia" ou de "quarta". Mas esse sistema antiquado, que foi bom noutros tempos, não pode ser mantido nos dias de hoje. Faço votos para que o Governo, contra toda a esperança, fique firme no seu propósito de executar uma reforma agrária justa e adequada ao bem do Povo.

**05 — JABarros:** Qual é a real importância da participação da Igreja na luta dos sem-terra? O senhor acredita que o Governo Sarney, até concluir seu mandato, consiga implantar a Reforma Agrária no país? Como a Igreja pode participar desse movimento e se livrar das ameaças e até de mártires que acabam sendo produzidos pelos latifundiários e suas milícias? Há omissão na repressão a esses atos criminosos?

— Dom Adriano: O interesse da Igreja pela Reforma Agrária decorre da sua missão evangelizadora. Se Jesus Cristo veio salvar-nos, esta salvação inclui necessariamente a problemática do mundo em que eu vivo e os meus problemas. Jesus Cristo, que é a luz do mundo, ilumina todos os aspectos tenebrosos da vida humana e da sociedade. Tremenda aberração era a Igreja, de mãos dadas com os poderosos, justificar, melhor: tentar justificar teologicamente o poder dos poderosos e a fraqueza dos fracos, para não perder as vantagens que só os poderosos podiam dar. Graças a Deus, a Igreja vê as coisas com olhos mais profundos e descobre que a sua opção preferencial, como fez o próprio Jesus Cristo, vai na direção dos pobres, dos pequenos, dos frágeis, dos oprimidos, dos marginalizados. Como Jesus Cristo enuncia claramente no Sermão da Montanha (cf. Mt 5-7).

Apoiando a Reforma Agrária do Governo Sarney, a Igreja mostra-se fiel ao Evangelho e coerente com o melhor de si mesma e com a sua melhor tradição. Apóia e dá, através do apoio, através do trabalho de conscientização dos lavradores — Reforma Agrária é muito mais do que somente distribuir terra —, através da solidariedade cristã de todas as comunidades católicas, através da formação de lideranças, através também do sacrifício (veja o exemplo do P. Josimo, assassinado em Imperatriz por ordem de latifundiários), uma contribuição válida e profunda.

E as grandes propriedades que a Igreja possui? A Diocese de Nova Iguaçu possui quatro alqueires de terra cultivados. Outra área de setenta mil metros quadrados já foi ocupada, com consentimento do bispo diocesano. Existem as chamadas "terras da Santa", terras que foram doadas, no século passado, à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila de Cava e, por deliberação legal da Assembléia que dissolveu a irmandade, passaram para a Diocese de Nova Iguaçu. Não se sabe exatamente o tamanho. Alguns falam de oitenta, outros de quatrocentos alqueires. Pois bem: são áreas ocupadas há muito. Com interferência do INCRA esperamos encontrar a solução mais justa, para dar as terras aos pequenos posseiros. Nunca passou pela cabeça do bispo expulsar os ocupantes. Não sei se as dioceses do Brasil têm muitas terras. Se as tiverem, deverão comprometer-se também com o espírito da Reforma Agrária. Bem: quanto à pergunta, se acho que o Governo Sarney realizará a Reforma Agrária até o final de seu mandato: não será fácil. É impossível resolver em poucos anos problemas de séculos, sobretudo quando esses problemas pertencem ao substrato mental e espiritual das classes dominantes. Os senhores feudais que, apesar das aparências modernas, ainda existem nos nossos fazendeiros e latifundiários, em sua grande maioria, estão presentes na Câmara dos Deputados e no Senado, estão presentes em postos-chave do Governo Federal, dos Governos Estaduais e nos municípios. Farão tudo para anular ou pelo menos para descaracterizar ao máximo o plano oficial de Reforma Agrária.

Seja como for, esta arrancada produzirá frutos. Já não se aceitará sem discussão a tese do "direito absoluto de propriedade", já se poderá citar a palavra de João Paulo II, pronunciada várias vezes no México, no Brasil etc.: "Sobre a propriedade privada pesa uma hipoteca social", como princípio fundamental da Reforma Agrária, por interesse do bem comum. Qualquer que seja o resultado do plano oficial de Reforma Agrária, o movimento já é irreversível: senão hoje, amanhã ou depois de amanhã.

Cabe à Igreja, enfrentando todo tipo de oposição interna e externa, todo tipo de deformação e de perseguição, alimentar no Povo, de modo particular na população do interior, a esperança de uma Reforma Agrária justa e pacífica. Quanto aos sacrifícios que a Reforma Agrária ou outra grande

causa impõem à Igreja: a Igreja sabe que sempre está marcada com a marca da Cruz, que o próprio Jesus Cristo previu a perseguição para os que assumem a causa da justiça. Por aí, nada a estranhar. Com isto não se justifica a impunidade dos que recorrem à violência, para impedir a Reforma Agrária. O Governo deve continuar o esforço de desarmar os grupos que se têm armado, para resistir à determinação de executar a Reforma Agrária em nosso país.

**06 — JABarros: E a Constituinte? O que o senhor pensa dela, da forma como está sendo proposta — através dos partidos políticos — e que contribuição a Igreja pode dar a quem desconhece até mesmo o significado da palavra?**

— Dom Adriano: Qualquer que seja a composição da Assembléia Constituinte, quaisquer que sejam os seus resultados, a perspectiva de eleger os constituintes e de se elaborar a nova Constituição pôs o Povo brasileiro em "estado de constituinte". Há um grande interesse pela nova Constituição e, por isto, pela eleição dos que farão parte da Assembléia Constituinte. Um acontecimento sócio-político transformou-se em instrumento de conscientização e de aprofundamento cívico. O Povo vai amadurecendo sempre mais, para assumir sua parte de responsabilidade.

Mas quem fará parte da constituinte? Somente através dos Partidos Políticos poderemos eleger nossos candidatos, os que nos representarão no Parlamento para elaborar a nova Constituição. Cabe-nos fazer um esforço sincero para eleger somente pessoas que estão identificadas com a causa do Povo, que se comprometem a criar mecanismos de participação para o Povo, por ex. o plebiscito ou consulta popular em certas matérias.

Nas Constituições que tivemos até agora foi quase nulo o direito do Povo na vida pública. O Povo elege. E só. Depois da eleição o candidato faz o que quer, sem dar nenhuma satisfação aos eleitores. Fora a eleição, o Povo até agora não dispõe de nenhum instrumento de acompanhamento, controle, fiscalização, rejeição dos seus representantes. Uma coisa extremamente curiosa tem acontecido na vida política do país: o Povo elege um prefeito. Se o prefeito não corresponde às esperanças dos eleitores, estes nada podem fazer: têm de esperar as próximas eleições para eleger outro candidato. Mas o Governo Federal, o Governo Estadual e a própria Câmara dos Vereadores têm o direito de depor o prefeito a quem não elegeram. A Igreja pode contribuir para conscientizar o Povo de tal maneira que sejam melhores os candidatos eleitos, que sejam mais identificados com as causas populares e, por isto, venham a defender na Assembléia Constituinte o Povo marginalizado e a criar para o Povo mecanismos eficientes e práticos de participação no processo político e no processo social em geral.

Como contribuição, a meu ver, excelente a nossa Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em sua sessão deste ano (Itaici, São Paulo), publicou um documento intitulado "Por uma Nova Ordem Constitucional" (declaração pastoral). Numa primeira parte fala das "Constatações e Desafios" — Importância do Momento Político — O Sentido da Constituição — A participação do Povo; na segunda parte, que se intitula "Igreja e Processo Constituinte", trata dos temas: A Colaboração da Igreja — A Eleição de novembro de 86 — Durante o funcionamento da Assembléia Constituinte. Na terceira e última parte, a mais importante da declaração pastoral, com o título "Conteúdo da Constituição: Critérios e Exigências", o documento apresenta sugestões concretas: a Atuação dos Cristãos — A Ordem Social — A Ordem Política — A Ordem Econômica — A Ordem Cultural — A Ordem Internacional. Recomendando "Por uma Nova Ordem Constitucional" a todos os que desejam co-

nhecer o pensamento do episcopado brasileiro e a contribuição que a CNBB oferece à meditação e à atuação dos cristãos que participarem da elaboração da nova Constituição.

Espero que a comissão de alto nível que recebeu do Presidente da República a missão de elaborar um anteprojeto de Constituição, aceite as sugestões e propostas da Igreja como contribuição válida para o bem comum. Com isto a Igreja não pretende substituir-se a nenhuma instituição, muito menos ao Parlamento na sua função de Assembléia Constituinte. Como instituição profundamente ligada ao Povo e aos valores éticos, como instituição responsável, a Igreja merece ser ouvida em suas sugestões sócio-políticas. Na sua declaração pastoral a CNBB, com o peso de sua autoridade moral e com a experiência de sua atividade, tem o que dizer para o bem de nosso Povo.

A tradição elitista, conservadora, reacionária de nossas classes dirigentes — muitos constituintes estarão marcados por essa mentalidade — precisa ser modificada. Como? A Igreja deve continuar o seu esforço de conscientização do Povo — um Povo que cresce e quer assumir o seu papel sócio-político. O Povo tem de usar os instrumentos de pressão de que dispõe, pacíficos mas firmes e corajosos, persistentes e solidários, para mostrar que quer participar, que tem o que dar ao Brasil. As elites sensíveis ao bem comum — existem, graças a Deus, em todos os níveis, também no Parlamento — devem contar com o apoio da Igreja e do Povo, para impor-se ao reacionarismo feudal da tradição brasileira.

Com a CNBB repito que a Igreja não tem nenhuma pretensão política, não se deixa mover por nenhuma vontade de poder. Quer apenas servir. Quer apenas usar sua força moral para ajudar a criar condições de vida mais humana, mais participativa, mais responsável para o nosso Povo.

**07 — JABarros: A Constituinte pode alterar de alguma forma a caminhada da Igreja?**

— Dom Adriano: Os grandes fenômenos sociais interagem. É impossível que uma Assembléia Constituinte que vai elaborar uma nova Constituição, que vai discutir temas delicados como por ex. o aborto, planejamento familiar, reforma agrária etc. não toque diretamente a Igreja. Justamente porque a Igreja está comprometida com os valores morais de sua tradição cristã e também comprometida com o Povo, terá de acompanhar de perto, com o máximo interesse, os trabalhos do Parlamento Constituinte.

A Constituição que resulte dos trabalhos da Constituinte, como lei fundamental, como lei magna, trará necessariamente modificações no comportamento da Igreja, como, em geral, ao comportamento de toda a sociedade. Quais? Posso imaginar, mas certeza haverá somente durante as discussões e, sobretudo, quando for aprovada a nova Constituição. Nosso desejo será que a nova Carta Magna do Brasil evite alguns erros graves do passado, como por ex. o elitismo que marginaliza o Povo para privilegiar as classes dominantes, e não incorra em novos erros como seria por ex. a legalização do aborto fácil.

**08 — JABarros: Depois que Fr. Leonardo Boff foi punido pelo Vaticano, com a lei do silêncio, a questão da Teologia da Libertação no Brasil parece ter sido adormecida. Que relação pode haver entre essa teologia e as mudanças sociais pelas quais atravessa o país? Pode se acirrar a divisão da Igreja, entre as chamadas linhas progressistas e conservadoras?**

Dom Adriano: Quanto à Teologia da Libertação, me parece que o silêncio de Fr. Leonardo Boff durante quase um ano não prejudicou em nada a Teologia da Libertação: Muito ao contrário: levou a Teologia da Libertação para dentro do Povo. Pessoas que não se interessavam pela Teologia

da Libertação, não a conheciam nem conheciam Fr. Leonardo, de repente se sentem curiosas em saber o que estava acontecendo: por que a Congregação de Defesa da Fé castigou Fr. Leonardo, quem é Fr. Leonardo Boff, o que é Teologia da Libertação etc. Por este lado a pena imposta ao teólogo franciscano despertou em toda a parte uma onda de curiosidade, de interesse, de simpatia.

— Quanto à influência da Teologia da Libertação sobre as mudanças sociais no Brasil: não tenho elementos para julgar essa influência. Certo é, no entanto, que da visão da Igreja assumida pelo Vaticano II, por ex. Igreja como Povo de Deus, partiram muitos impulsos tanto para a Teologia da Libertação como para a ação social dos católicos nos países da América Latina.

— Quanto às divisões internas da Igreja: existem visões diferentes, parciais da Igreja com repercussão necessária e com diferenças visíveis na Pastoral. Se eu entendo Igreja como um tipo de "empresa", que visa à produtividade e ao lucro, que se baseia na organização; se eu entendo Igreja como um imenso "quartel" onde os valores mais altos são a hierarquia e a disciplina; se eu entendo Igreja como uma espécie de "museu" que deve catalogar e conservar peças antigas — é claro que a Pastoral deverá refletir a minha visão.

No caso da Igreja-empresa, o Papa, o bispo, o padre, o leigo engajado sentem-se como empresários, como chefes que zelam pelo crescimento da produção, pelos resultados contábeis, pela lucratividade. No caso da Igreja-quartel minha autoridade de bispo será semelhante à de um general ou coronel diante da tropa, comandando sem discussão, determinando sem apelos, tudo baseado nos conceitos de hierarquia e disciplina, elevados à categoria de supremos valores.

Necessariamente a Pastoral reflete a visão da Igreja que temos. Daí compreendemos por que há diferenças (em certos casos talvez mesmo divisões) entre os bispos. Todos estão unidos na Fé, todos crêem indiscutivelmente as mesmas verdades, todos defendem os mesmos pontos de vista moral — e no entanto o estilo, a maneira de fazer Pastoral, o comportamento concreto, a imagem de autoridade que têm, tudo isto diverge e, por vezes, causa escândalo aos fiéis. De outro lado nunca deveríamos sonhar que unidade é uniformidade, achatamento dos carismas particulares que o Pai nos dá a cada um de nós e a nossas comunidades para o bem de toda a Igreja. Unidade é certamente carisma da Igreja, mas por isto mesmo suporta com grandeza d'alma e pede com insistência a diversidade de dons. S. Paulo tem uma consciência clara do que é unidade da Igreja quando apresenta a metáfora do corpo, uno na diversidade de seus órgãos e membros: "Há muitos membros, mas um só corpo" (cf. 1Cor 12). Uniformidade, bem olhadas as coisas, não é unidade, mas esvaziamento dos valores específicos, dos carismas particulares, das maravilhas, singulares e irrepetíveis, que Deus opera pelo seu Espírito em cada um de nós e em cada uma de nossas comunidades. O Vaticano II recuperou a visão do pluralismo existencial dentro da unidade essencial da Igreja.

— Quanto às "linhas progressistas ou conservadoras": sempre existiram e sempre existirão esses rótulos que em parte valem e em parte deformam. Qualquer pessoa, dentro ou fora da Igreja, será ao mesmo tempo progressista e conservadora. Não encontrei ainda um só bispo que pudesse ser rotulado cem por cento de conservador ou cem por cento de progressista.

As coisas só se complicam quando um de nós ideologiza os seus pontos de vista, suas preferências, sua imagem de Igreja, sua visão da autoridade eclesial, seu tipo de Pastoral. Nessa ideologização, (consciente ou semiconsciente, inconsciente ou subconsciente), que absolutiza o relativo, que isola um aspecto parcial do seu grande todo, que se perde em valores periféricos ou secundários com

sacrifício do valor central e essencial, sofrem as legítimas pluralidades e sofre, mais que tudo, a própria unidade.

Tenho para mim que as diferenças existentes entre nós são secundárias, apesar de dolorosas. Tenho para mim que podem ser suplantadas, se conseguirmos imitar, apesar de toda a distância que vai da criatura ao Criador, um pouco da longanimidade, da paciência, da magnanimidade do Pai que está nos céus que, como diz o próprio Jesus, faz nascer o Sol sobre maus e bons e cair a chuva sobre justos e injustos.

Nós eclesiásticos nos inclinamos facilmente para a rigidez de princípios, para a dogmatização de aspectos secundários e relativos da vida eclesial. Daí os conflitos. Daí certas injustiças. Daí também certa estranheza ou mesmo escândalo nos observadores.

**09 — JABarros: Recentemente a CNBB anunciou lamentar que ainda estejamos numa ditadura, onde sacerdotes e leigos são vítimas da violência — principalmente no campo — em virtude de sua participação na defesa dos interesses do Povo. O que mundou para o senhor desde que o último presidente militar deixou o Governo?**

— Dom Adriano: Disseram alguns que Dom Ivo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teria dito que ainda estamos sob uma ditadura; segundo outros, que ainda estamos num regime fascista. Conheço bem a moderação e o equilíbrio de Dom Ivo em presidir uma instituição tão delicada e sensível, tão ciosa de sua responsabilidade e da responsabilidade de cada um de seus membros como a CNBB.

Dom Ivo sabe e todos sabemos que o atual Governo não é nem ditatorial nem fascista. No entanto todos sabemos que muitos elementos ditatoriais continuam influenciando na vida pública. Por ex. a chamada "lei dos estrangeiros" que não foi ainda modificada, embora seja aplicada com mais sensatez.

Aqui na Diocese de Nova Iguaçu temos um caso interessante. Desde agosto de 1982 algumas irmãs clarissas, da ilha da Madeira (Portugal) decidiram vir para Nova Iguaçu, a meu pedido, para fundarem aqui um mosteiro de vida contemplativa. As clarissas, como as carmelitas, dedicam-se exclusivamente à vida de oração e trabalho interno. Não têm nenhuma atividade apostólica externa ou social. Durante três anos — Governo do General João Figueiredo — o visto foi negado. Em fins de 1985, já no Governo do Presidente Sarney, foi concedido o visto de entrada para cinco irmãs. Uma sexta clarissa recebeu apenas um visto de turista de três meses. Por que essa discriminação? Podemos aí falar talvez de restos da legislação fascista. Essa discriminação aconteceu em muitos casos que a CNBB acompanha.

— Também será verdade que nos diversos escalões inferiores, acostumados ao autoritarismo do regime militar, continuará por muito tempo ainda a mentalidade criada pela ideologia da segurança nacional. Nesse contexto e em continuação do feudalismo absolutista que marca a vida do sertão, podemos compreender as reações violentas que se manifestam um pouco em toda a parte e de modo extremado no Bico do Papagaio (encontro dos Estados do Pará, do Maranhão e de Goiás) contra a Reforma Agrária e contra a ação pastoral de nossa Igreja. Certas manifestações de políticos, de fazendeiros etc. contra a Pastoral da Terra, contra o clero, contra a CNBB não perderam a veemência injusta do regime militar.

Os privilegiados, os senhores feudais, as classes dominantes nunca perdoarão à Igreja ter-se convertido para o Povo, ter assumido como suas as causas do Povo. Os donos do poder acham que a Igreja, secularmente vinculada ao poder, os traiu com essa conversão para o Povo. Esta Igreja seria

uma Igreja subversiva, uma Igreja minada ideologicamente pelo Marxismo, uma Igreja infiel ao Evangelho.

Se o Governo perseverar no propósito de executar a Reforma Agrária, como é a esperança do Povo brasileiro e também da Igreja, poderemos contar com uma escalada de violência crescente. Por toda sorte de argumentos os donos do poder chegarão às últimas conseqüências, para manter contra quem quer que seja, os seus privilégios e vantagens. Como no tempo do Império, quando se tratava da libertação dos escravos, também agora no momento da Reforma Agrária, as classes dirigentes, as elites de todos os setores tentarão, por todos os meios boicotar ou anular ou, pelo menos, descaracterizar o plano de fazer justiça social nas áreas agrícolas do Brasil. Isto explica as violências que estão acontecendo, explica também os ataques violentos contra a Igreja e sua ação Pastoral.

— Se mudou alguma coisa, o que mudou desde que o Presidente Sarney assumiu o Governo? Todos temos a certeza de que muita coisa mudou, que estamos vivendo um processo de aprimoramento democrático, que aos poucos vão-se desmontando as principais estruturas montadas pela ideologia da Segurança Nacional, no correr dos vinte e um anos de ditadura militar.

**10 — JABarros: A História da Igreja registrou o dia em que um de seus bispos foi covardemente seqüestrado e agredido por grupos paramilitares de direita, numa ação que compreendia também intimidações como bombas e pichações, acusando-o de comunista. Depois da anistia, o senhor perdoou seus algozes? O senhor pensa também como muitos políticos e mesmo sacerdotes que a questão da tortura e da repressão política é mais uma das páginas viradas da nossa História?**

— Dom Adriano: Tomara que o pesadelo da repressão, das torturas que sofremos durante vinte e um anos de regime militar tenham passado definitivamente, para nunca mais se repetirem no Brasil. Sim, tortura nunca mais. Nunca mais repressão. Nunca mais ideologia da Segurança Nacional. Nunca mais ditadura. — Se depois da anistia perdoei os seqüestradores. Perdoei e esqueci o crime desses irmãos violentos desde o primeiro instante do seqüestro. Nunca me passou pela cabeça a menor idéia ou desejo de vingança.

**11 — JABarros: E a violência criminal e policial? A Baixada se liberta dos grupos de extermínio e esquadrões da morte oficializados por setores da Polícia na década de 70? O senhor ainda toma conhecimento de denúncias de atentados aos Direitos Humanos em sua diocese?**

— Dom Adriano: A Comissão Diocesana de Justiça e Paz continua aberta a queixas e informações do Povo sobre violências cometidas em nossa Baixada. Temos a impressão de que a criminalidade aumentou, tantas são as notícias de assassinatos e crueldades em vários bairros. Infelizmente o Povo da Baixada continua sofrendo na carne a insegurança total. Aqui as estruturas sociais que noutras partes

garantem a segurança do cidadão, aqui não funcionam. Pelo contrário: aqui se tornam também elas em fatores de insegurança social. É um quadro trágico que se torna sempre mais trágico. E não se vê uma saída.

Conversando com nossos padres, quase todos têm experiências dolorosas para contar: mortes violentas, estupros, vinganças, seqüestros, assaltos, ameaças de vingança para os que falarem... uma seqüência incrível de maldades. E nenhuma esperança. O Povo é bom, ordeiro, pacífico, religioso. Mas é um Povo abandonado e marginalizado. Daí por que os criminosos aqui se refugiam e aqui atuam: a impunidade está garantida. Pode acontecer também que, em face do fracasso da Polícia, bairros inteiros procurem a proteção de grupos marginais, para se defenderem de coisas piores. E sobre o bom Povo da Baixada caem as calúnias e as difamações. Sobre queda, coice: poderíamos dizer neste caso. O problema é conhecido. Quando acharemos a solução?

**12 — JABarros: Desde sua nomeação pelo Papa João XXIII, há vinte anos, a Igreja de Nova Iguaçu parece ter crescido bastante, inclusive as comunidades eclesiais de base que somam hoje trezentas nesta cidade. Como se explica esse movimento?**

— Dom Adriano: João XXIII me escolheu para bispo da Igreja. Mas foi Paulo VI quem me nomeou bispo de Nova Iguaçu. Aqui cheguei em 06 de novembro de 1966, há quase vinte anos. Continuo dando graças a Deus por este serviço que a Igreja me confiou na Baixada Fluminense. Nunca lamentei minha transferência de Salvador, onde era bispo-auxiliar, para Nova Iguaçu, como bispo diocesano. Posso dizer, com alegria, que sempre tem crescido meu amor ao Povo da Baixada e minha identificação com a vida — alegria e sofrimentos — deste Povo admirável, marcado de sofrimento e marcado também de esperança.

Vários sinais demonstram que a diocese cresceu muito desde a sua fundação em março de 1960. Celebramos o ano passado os vinte e cinco anos de criação da Diocese de Nova Iguaçu. A multiplicação das paróquias e, sobretudo, das comunidades eclesiais de base, os numerosos organismos e movimentos da Pastoral, o aumento do número de padres e de religiosos (embora ainda diminuto em comparação das necessidades pastorais), a participação numerosa de leigos nos diversos ministérios eclesiais, o esforço de conscientização e formação etc. tudo isto são sinais de uma atuante vitalidade.

Se pensarmos que nos últimos anos foram criadas mais duas dioceses em nossa área — uma em Itaguaí e outra em Duque de Caxias —, nas atividades ininterruptas de quase todas as paróquias: há um crescimento indiscutível. Mas há também numerosos desafios que ainda não puderam ser enfrentados. O crescimento da Igreja em Nova Iguaçu corre paralelo com o crescimento da Baixada Fluminense: um Povo riquíssimo de valores que aos poucos toma consciência de sua missão.

*(Continua no próximo número).*